

## *Democracia e participação na "reforma" do Estado*

de Ilse Gomes Silva\*

### **"Reformas" para quê e para quem?**

por Tânia Marossi\*\*

Resultado de sua tese de doutorado, o livro de Ilse Gomes Silva apresenta o intrincado contexto em que se gestou a recente "reforma" do Estado brasileiro, ao mesmo tempo em que desmistifica, um a um, os argumentos daqueles que a elaboraram e a defenderam. Para realizar tal desmistificação, a autora se apropriou, durante os anos em que realizou sua pesquisa, de um vasto conhecimento teórico, ao qual aliou sua experiência de ativista dos movimentos sociais.

Diferentemente de outros autores que ignoraram a análise do Estado e foram direto às "reformas" – muitos deles apenas para enaltecê-las –, a autora efetua, com rigor, a análise do papel desempenhado pelo Estado no modo de produção capitalista, notadamente nos seus momentos de crise, mostrando os elos entre a propalada "reforma" e o processo de reorganização desse sistema. Ao mesmo tempo, articula a esse eixo de análise o papel dos movimentos sociais e seus impasses nos anos 1980/90, inserindo-os nas transformações ocorridas no conjunto das relações sociais.

O livro divide-se em duas partes. Na primeira, a autora dialoga com as principais teorias, ou modelos, sobre a democracia do século XX, preocupada em rastrear qual concepção de participação apresentavam. A questão central é a de como a participação foi pensada pelas frações de classe nos aparelhos de Estado, pelos movimentos sociais e pelos segmentos da esquerda. Tal recuperação do debate lança uma nova luz sobre a revalorização da democracia na América Latina e no Brasil, ocorrida no final dos anos 1970, no contexto das lutas pelo fim da ditadura militar.

Fica demonstrado, pela análise realizada, que os avanços em direção a uma maior democratização da sociedade ocorreram justamente nos momentos em que a força organizativa das classes populares conseguiu impor às classes dominantes o aprofundamento dos direitos políticos e sociais. E vice-versa, nos momentos de debilitação das lutas sociais, o Estado, enquanto articulador das relações de produção e de reprodução do sistema capitalista, pode estreitar a esfera da participação. Foi o que ocorreu na década de 1990, quando, para o governo brasileiro, a participação somente era considerada legítima se fosse feita por meio de canais institucionais, qualquer outra forma de manifestação dos trabalhadores era rapidamente criminalizada.

---

\* São Paulo: Cortez, 2003.

\*\*Mestre em Ciências Sociais pela PUC-SP, professora da Rede Municipal de Ensino e membro do NEILS.

A segunda parte do livro examina a “reforma” propriamente dita do Estado brasileiro e o discurso que a sustentou, desmistificando a propaganda de que a mesma promoveria um alargamento da participação e do controle das classes populares sobre as políticas estatais. O argumento governamental apresentava as “reformas” – leia-se desregulamentação da economia e flexibilização da legislação do trabalho, diminuição dos gastos públicos, privatização das empresas estatais, gestão privada de recursos e serviços públicos, e outras medidas – como condição para a retomada do crescimento e a suposta inserção do Brasil na economia “globalizada”, além de ser fundamental para a promoção de políticas sociais eficientes.

Seu significado real, contudo, é desvendado pela autora em todos os seus múltiplos aspectos e conexões: sob a denominação de *quase-mercado*, operou-se uma construção ideológica para mascarar a expansão do capital em áreas antes consideradas essencialmente públicas, colocando em xeque o caráter universalista de serviços como saúde e educação, entre outros. E através das chamadas *organizações sociais* (objeto de análise no terceiro capítulo) o governo transferiu para o chamado *terceiro-setor* a prestação de serviços antes exclusivos do Estado, “desmantelando todo um sistema público nacional e universal de prestação de serviços, edificado, principalmente a partir da Constituição de 1988” (2003: 105). Desta maneira, fica evidente que – ao contrário do que foi divulgado pelo governo e pela imprensa, que fez coro com ele – o espaço de participação da pretensa *sociedade civil* não foi ampliado e o “*público não-estatal* expressa uma nova gestão privada dos recursos públicos, adaptada às necessidades atuais de dominação de classe” (2003:99).

Para finalizar, resta apenas uma observação quanto à ordem dos capítulos. Talvez o argumento desenvolvido ficasse mais bem encadeado se a discussão sobre a trajetória dos movimentos sociais estivesse situada na segunda parte do livro, juntamente com a análise do papel desempenhado pelas atuais Organizações Não-Governamentais (ONGs), que também foram objeto de exame crítico pela autora.

A “reforma” do Estado brasileiro ainda não terminou. Continua na agenda do novo governo a defesa de “novas reformas”, na qual ainda observamos os velhos argumentos: a defesa da “governabilidade”, da “eficácia administrativa” e (por que não?) de uma maior “justiça social”. Após a leitura do livro de Ilse Gomes, fica mais fácil perguntar (e responder): reformas para quê e para quem?